

## RESIDÊNCIA ALTERNADA

**António José Fialho**  
Juiz no Tribunal de Família e Menores do Barreiro  
(Portugal)

Em primeiro lugar, quero agradecer aos organizadores desta conferência a oportunidade de partilhar convosco a experiência e a evolução em Portugal dos modelos de residência alternada dos filhos após uma situação de separação ou de divórcio.

Espero também que esta discussão contribua para preservar a felicidade e o bem-estar das nossas crianças após o divórcio e a separação dos seus pais.

Nesta cidade que é também conhecida pelos tratados de paz que foram aqui assinados, parece-me deveras apropriado que possamos conversar sobre modelos de co-parentalidade que sejam igualmente capazes de conduzir à paz entre as famílias em conflito.

Costuma dizer-se que as crianças são o futuro da Humanidade. São pessoas que pensam, sentem e sofrem. São os membros mais fracos da sociedade humana e, por isso, os mais abusados e os que têm menos voz.

As crianças não trabalham, não pagam impostos, não votam e, por isso, são muitas vezes vistas como um encargo dos adultos, que julgam ter poder sobre elas.

Assim, em primeiro lugar, devemos colocar a nós próprios as seguintes questões:

- 1.<sup>a</sup> - O que deve a sociedade garantir às crianças filhas de pais separados ?
- 2.<sup>a</sup> - Que valores e regras devemos ter em conta ao decidir sobre a custódia das crianças e que princípios devem estar presentes nesses valores ?

Com a Lei n.º 61/2008, de 31 de Outubro, Portugal veio estabelecer como princípios no exercício das responsabilidades parentais em caso de divórcio que o desenvolvimento harmónico da criança depende necessariamente de ambos os progenitores, não podendo nenhum deles substituir a função que ao outro cabe e que as relações paterno-filiais situam-se a um nível diferenciado das relações conjugais ou maritais.

Evidencia o primeiro destes princípios a necessidade de promover a participação interessada, a intervenção concertada e a co-responsabilização activa de ambos os pais pela educação dos filhos enquanto que, do segundo, decorre a necessidade de garantir laços afectivos estáveis e profundos entre a criança e ambos os pais, apesar da separação destes.

Apesar disso, é sabido que o divórcio ou a separação provocam conflitos entre os pais com um efeito devastador nos filhos mesmo que todos afirmem

como evidente que é aos pais que cabe a responsabilidade de proteger as crianças dos efeitos negativos de um conflito parental.

Nos tribunais da Europa e talvez do Mundo, somos todos os dias confrontados com pais competentes que utilizam os filhos como “armas de arremesso” numa batalha em que ambos participam com a ajuda dos seus advogados.

Nesta guerra de várias batalhas, o pai, a mãe e os advogados de um e de outro parecem estar apenas preocupados em denegrir ou prejudicar a imagem do outro o mais possível perante o tribunal, na esperança de que este “decreto” quem é o melhor pai ou a melhor mãe.

A exemplo de outros países europeus e também por influência dos instrumentos de direito internacional, Portugal tem experimentado mudanças significativas nas leis da família e das crianças, nas práticas judiciais relativas à determinação da residência, provocados ainda por uma opinião pública cada vez mais esclarecida e empenhada e pelas mudanças nos papéis parentais durante o casamento e após a separação.

Estas mudanças legislativas e jurisprudenciais vieram também procurar evidenciar um princípio de igualdade dos pais na educação e cuidados com os seus filhos e a necessidade de garantir modelos de co-parentalidade que permitam a manutenção de uma relação de grande proximidade com ambos os progenitores, o favorecimento de amplas oportunidades de contacto entre estes e os filhos e o favorecimento de uma partilha de responsabilidades entre eles.

A par destas evoluções e mudanças, Portugal vive agora momentos de crise económica e financeira que provocaram alterações muito profundas, a exigir de todas as famílias uma dose de iniciativa e de imaginação de modo a conseguir suprir as carências de emprego, as reduções nos rendimentos e as dificuldades económicas com que a grande maioria das famílias portuguesas se debate na sua vida quotidiana.

É sabido que, a par da morte e do desemprego, o divórcio constitui um dos factores que contribui de forma mais expressiva para as situações de carência económica e que podem alterar significativamente os projectos de vida que os casais fizeram em comum.

Se juntarmos ao divórcio a situação de desemprego de um ou de ambos os membros do casal, é evidente que essa família irá atravessar um dos momentos mais difíceis da sua vida.

Por outro lado, a parentalidade pós-divórcio apresenta diferenças significativas daquela que é exercida em conjunto na mesma casa, já que existe uma necessidade de reformulações quanto aos hábitos, à rotina e aos padrões económicos da família, obrigando os membros do sistema familiar a adaptar-se a um aumento da complexidade no desempenho das tarefas de desenvolvimento dos filhos.

Ao longo dos últimos anos, os modelos de parentalidade pós-divórcio procuraram envolver cada vez mais o pai e a mãe nos processos de decisão e na educação dos seus filhos mas os conflitos e as mágoas provocadas pela separação, as dificuldades provocadas pelas exigências profissionais, as limitações temporais emergentes das obrigações escolares e das actividades dos filhos, a separação física ou geográfica e outros tantos motivos, conduziram a um modelo típico que apenas permite a um dos pais estar com os seus filhos um fim-de-semana de cada vez e, eventualmente, algumas noites durante a semana ou partes do final do dia.

Este modelo faz com que, na melhor das possibilidades, a grande maioria das crianças esteja com um dos pais cerca de quinze por cento do seu tempo o que é manifestamente insuficiente para garantir ou promover um “tempo de qualidade adequado” com os filhos.

É por isso que, muitas vezes, após a separação, as famílias se desagregavam e se ia esbatendo ou apagando a relação afectiva entre o filho e o progenitor com quem a criança não residia, fazendo com que estas crianças se tornassem “visitantes” da casa dos pais.

Essa falta de envolvimento, aliado à diminuição dos rendimentos pessoais provocada pela necessidade de manter territórios parentais diferenciados, conduziu também a uma progressiva pobreza das famílias monoparentais, circunstância agravada pela redução dos rendimentos do trabalho ou, eventualmente, pela situação de desemprego que pudesse afectar um ou ambos os progenitores.

Esta realidade tem feito com que algumas famílias se questionem sobre o modelo de parentalidade a adoptar quando ocorre uma situação de separação, procurando encontrar soluções que atenuem os efeitos decorrentes do aumento dos encargos sobre cada um deles e que, ao mesmo tempo, permitam que ambos os progenitores estejam efectivamente empenhados na sua vivência diária.

Limitar os tempos de permanência com cada um dos progenitores implica que os momentos de intimidade, de interacção, de partilha, de risos e de mimos não sejam realizados de forma rotineira e habitual por um dos progenitores, designadamente as refeições, o banho, a escolha da roupa, ler uma história ao adormecer, aconchegar o cobertor à noite, ir levar e buscar à escola, conhecer os amigos e os professores, acarinhar nos momentos de doença, cozinhar juntos, fazer os trabalhos escolares, fazer compras ou estarem juntos em actividades espontâneas e não programadas, momentos únicos a que nenhum dos progenitores deve renunciar.

A vinculação entre pais e filhos deve criar um laço afectivo que perdure no tempo, caracterizando-se pela tendência a procurar e manter proximidade física e emocional com a figura de vinculação, a qual deve ser percebida como

fonte de segurança, promotora de uma base segura a partir da qual a criança ou o adolescente vai explorando o seu mundo.

É um processo que se constrói a partir das interacções repetidas com as figuras de vinculação que vão ajudar a criança a construir e a moldar as representações sobre si própria, sobre essas figuras, sobre a sua relação com o Mundo e com os outros.

A convivência assídua, segurança e gratificante com a mãe e com o pai é o mais consistente preditor do ajustamento global da criança, quer antes, quer depois do divórcio ou da separação dos progenitores já que, após a dissociação familiar, as crianças terão que passar períodos separados de permanência ou contacto com um e outro progenitor.

Assim, para minimizar o impacto da separação, devem existir amplos períodos de convivência com um e outro progenitor para assegurar a consistência da construção de laços com ambos e promover maior segurança à criança já que **a estabilidade emocional desta depende da natureza dos vínculos e das oportunidades de partilha e não tanto das mudanças do espaço físico.**

Ao mesmo tempo, sendo natural o direito de cada um à sua própria felicidade e à busca de uma nova relação conjugal que traduza essa felicidade e realização pessoal, os pais vão compreendendo que modelos de parentalidade partilhada permitem garantir a cada um deles momentos pessoais de intimidade, de namoro ou de simples convívio, livres dos filhos.

Cientes de tudo isto, são cada vez mais os progenitores que procuram estabelecer entre eles modelos de co-parentalidade que se adequem a estas necessidades, às suas próprias exigências pessoais e profissionais ou às necessidades ou vontade dos filhos.

Aos tribunais portugueses chegam cada vez com maior frequência pais e mães que pretendem exercer de forma mais efectiva as suas responsabilidades parentais, procurando que a este processo de partilha nas decisões mais importantes da vida da criança, corresponda igualmente uma maior presença nas decisões quotidianas e nas relações afectivas com os seus filhos.

Assim, o modelo de co-parentalidade cada vez mais utilizado é aquele que se traduz numa **divisão rotativa e tendencialmente simétrica dos tempos da criança com os progenitores por forma a possibilitar a produção de um quotidiano familiar e social com o filho durante os períodos em que se encontra com cada um deles.**

Este modelo é designado em Portugal como **residência alternada** e caracteriza-se pela possibilidade de cada um dos pais separados ter os filhos a residir consigo, alternadamente, segundo um ritmo de tempo que pode ser de um ano escolar, um mês, uma quinzena ou uma semana, uma parte da semana,

ou uma repartição organizada dia a dia (divisão rotativa e tendencialmente paritária dos tempos de residência, dos cuidados e da educação da criança) em que, durante esse período de tempo, um dos progenitores exerce, de forma exclusiva os cuidados que integram o exercício das responsabilidades parentais. No termo desse período, os papéis invertem-se.

Enquanto um dos progenitores exerce a custódia durante o período que lhe é reservado, para o outro transfere-se o direito de fiscalização e de visitas.

Findo o período estipulado, a criança faz o caminho de volta para a casa do outro progenitor.

Contra este modelo de co-parentalidade, afirmam uns que parece atender mais aos interesses dos pais do que dos filhos, ocorrendo praticamente uma divisão da criança e uma ambivalência afectiva, sendo prejudicial à consolidação dos hábitos, valores, padrão e formação da personalidade da criança, contradizendo o princípio da continuidade no lar e, finalmente, sendo susceptível de provocar na criança instabilidade emocional e psíquica.

Em sentido contrário, são enunciados como argumentos a favor que a residência alternada contribui para uma maior vinculação afectiva entre a criança e o progenitor não residente já que possibilita a inclusão dos filhos nos agregados familiares dos pais (em especial quando existam famílias recompostas), o que dificilmente sucede nos modelos tradicionais de guarda em que a criança é vista como “um mero visitante da casa do pai ou da mãe” e, numa sociedade em que os montantes das pensões de alimentos são tradicionalmente baixos, ou seja, abaixo das reais necessidades das crianças, permite atenuar os efeitos decorrentes da denominada “feminização da pobreza nas famílias monoparentais” ao garantir uma distribuição tendencialmente igualitária dos tempos da criança e da assumpção de encargos por ambos os progenitores.

A verdade é que, em situações de dissociação familiar, o interesse da criança deve ser normalmente identificado com o estabelecimento das condições psicológicas, materiais, sociais e morais favoráveis ao desenvolvimento harmónico da criança e à sua progressiva autonomização.

A garantia de tais condições dependerá, necessariamente, da inserção da criança num núcleo de vida familiar estável e gratificante - do ponto de vista do seu bem-estar, da sua protecção e da sua educação - da possibilidade de um amplo relacionamento pessoal e directo com ambos os pais, e da promoção de um nível de vida suficiente ao seu desenvolvimento físico, mental, espiritual, moral e social.

Deste modo, para funcionar adequadamente, o funcionamento e sucesso da residência alternada deve ter por base a ideia de que **as relações familiares são definidas e desenrolam-se por excelência no seio da própria família**, não cabendo ao Estado interferir a todo o custo nas relações privadas que os cidadãos adoptem e estabeleçam entre si, convictos de que são as melhores e as

mais adequadas para os seus filhos, no quadro da vivência pessoal e social que possuem e querem manter.

Assim, não deve o Estado sobrepor-se à vontade dos pais, muito menos quando não está em causa a violação de nenhuma norma jurídica ou a defesa da ordem pública, sendo aos pais que compete, em primeira linha, escolher o que querem para os seus filhos, perspectivando o melhor que lhe podem dar, dentro das suas possibilidades e do seu saber, quer nas vertentes do foro pessoal, educacional, económico ou quanto às próprias necessidades afectivas e emocionais que visam satisfazer, tendentes a sua própria realização pessoal e o modelo de vinculação afectiva que julguem adequado na relação com os seus filhos.

Por seu turno, na análise e aplicação da lei e ao proferir a decisão que considerem adequada ao caso concreto, os tribunais deverão estar atentos, de modo a impedir que as alterações legislativas consagradas, não sejam desvirtuadas por força de interpretações formalistas e descontextualizadas, quer do teor e sentido da lei, quer da realidade social.

O verdadeiro e principal farol que deve nortear o julgador é o do superior interesse da criança, aferindo-o em concreto, sopesando devidamente todos os factores que um conceito indeterminado desta natureza envolve, sendo esse o grande desafio que se coloca aos tribunais.

Nessa ponderação, os tribunais não devem alhear-se das circunstâncias que envolvem a própria vivência da criança, o meio em que está inserida e que tem sido o seu sustentáculo de crescimento e de desenvolvimento, a forma como se relaciona, em concreto, com cada um dos progenitores, tendo em vista proporcionar-lhe a tranquilidade indispensável ao desenvolvimento integral e harmonioso da sua personalidade.

Ao decidir sobre o exercício das responsabilidades parentais em caso de divórcio, os tribunais portugueses deverão considerar o acordo dos pais, a disponibilidade manifestada por cada um deles para promover relações habituais do filho com o outro, a possibilidade da criança manter uma relação de grande proximidade com os dois progenitores e os acordos que os progenitores estabeleçam e que favoreçam amplas oportunidades de contacto entre ambos e o menor, incluindo a partilha de responsabilidades entre eles (artigo 1906.º do Código Civil Português).

Concretizando estes critérios legais na definição de um modelo de residência alternada com exercício conjunto das responsabilidades parentais, os tribunais portugueses adoptaram os seguintes critérios orientadores<sup>1</sup>:

---

<sup>1</sup> Importa esclarecer que estes critérios não terão que verificar-se em todas as situações mas constituem elementos de referência ou de avaliação que, uma vez verificados de forma mais ou menos consistente, permitem concluir que o modelo de co-parentalidade desejado pelos pais é o mais adequado para os seus filhos.

- a) O superior interesse da criança;
- b) A capacidade de diálogo, entendimento e cooperação por parte dos progenitores;
- c) Um modelo educativo comum ou consenso quanto às suas linhas fundamentais, traduzidas nas orientações educativas mais relevantes;
- d) A proximidade geográfica;
- e) A vivência de facto que precede a tomada de decisão (qualidade, consistência e duração);
- f) A opinião da criança;
- g) A idade da criança;
- h) A ligação afectiva com ambos os progenitores;
- i) A disponibilidade dos pais para manterem o contacto directo com a criança durante o período de residência que a cada um cabe;
- j) As condições habitacionais e económicas de cada um deles (equivalentes ou suficientes).

Tal como a cultura social e as tradições familiares vão mudando, é razoável que os modelos de parentalidade partilhada e de contactos pessoais entre os progenitores separados e os seus filhos devam reflectir, mesmo que em parte, essa evolução no envolvimento parental.

Os esforços para assegurar que as crianças filhas de pais separados beneficiam de modelos de parentalidade que promovam o seu bem-estar psicológico, afectivo e favoreçam o seu desenvolvimento harmonioso e gratificante com as suas figuras parentais são uma obrigação de todos nós, envolvidos no processo de decisão, exigindo um diálogo e um debate permanente e a todos os níveis.

As nossas crianças não merecem menos do que isto.

Muito obrigado pela Vossa atenção,

Bratislava, 29 de Abril de 2013

António José Fialho

Překlad Google

Za prvé, chci poděkovat organizátorům této konference příležitost podělit se s vámi o zkušenosti a vývoj v modelech Portugalsku alternativní bydliště dětí po situaci odloučení nebo rozvodu.

Doufám také, že tato diskuse přispěje k zachování štěstí a blahobyt našich dětí po rozvodu a rozluky jejich rodičů.

Toto město je také známé tím, mírových smluv, které byly podepsány zde, se zdá vhodné, že můžeme skutečně mluvit o společné rodičovské modely, které jsou stejně schopné vést k míru mezi válčícími rodinami.

To je často říkal, že děti jsou budoucnost lidstva. Jsou to lidé, kteří si myslí, cítí a trpí. Jsou nejslabší členové lidské společnosti, a proto, nejvíce zneužívané a ty, které mají nejméně hlas.

Děti nefungují, neplatí daně, nechodí k volbám, a proto jsou často vnímána jako přítěž pro dospělé, kteří si myslí, že mají moc nad nimi.

Takže, za prvé, měli bychom se ptát sami sebe na následující otázky:

**1<sup>a</sup>** -. Co by měla společnost zaručit dětem rozvedených rodičů?

**2<sup>a</sup>** -. Jaké hodnoty a pravidla se musí brát v úvahu při rozhodování o svěřeni dítěte do péče a zásady, které by měly být přítomny v těchto hodnot?

S právními předpisy n. ° 61/2008 ze dne 31. října, jak Portugalsko zavedl zásady při výkonu rodičovských povinností po rozvodu, že harmonický rozvoj dítěte nutně záviset na obou rodičů, z nichž žádná nahradit funkci další lži a že vztahy otcovský-pobočky jsou v rozlišené úrovni manželských nebo manželské vztahy.

První z těchto zásad zdůrazňuje potřebu podporovat účast zajímaví společné intervence a aktivní spolupráce zodpovědnost obou rodičů na výchovu dětí, zatímco druhá vyplývá z potřeby zajistit stabilní a hluboká emocionální vazby mezi dítětem a oba rodiče, navzdory oddělení této smlouvy.

Nicméně, je známo, že rozvod nebo odloučení vyvolávají konflikty mezi rodiči s devastujícím účinkem na děti, i když všichni tvrdí, že je zřejmé, že rodiče mají povinnost chránit děti před negativními vlivy rodičovským konfliktem.



In soudů v Evropě a možná na světě, jsme konfrontováni každý den s příslušnými rodiči, kteří používají své děti jako "házet zbraně" v bitvě, ve které oba účastní s pomocí svých advokátů.

V této válce mnoho bitev, otec, matka a advokáti jedné a jiné ustupují jen o pomloutvat nebo zranit obraz toho druhého co nejvíce před soudem, v naději, že tento "vyhláška", kdo je nejlepší otec nebo matka lépe.

Stejně jako ostatní evropské země, a také vlivem mezinárodních právních nástrojů, Portugalsko zažívá významné změny v oblasti rodinného práva a práv dětí v soudních postupů týkajících se stanovení bydliště, způsobilo ještě prostřednictvím veřejnost se stále více osvícený a zavazuje a změny v rodičovských rolích během manželství i po oddělení.

Tyto legislativní změny a případové přišel také shromažďuje důkazy principu rovnosti rodičů v oblasti vzdělávání a péči o své děti, a potřebu zajistit modely spolupráce rodičovských opatření pro zachování velmi blízký vztah s oběma rodiči, kteří upřednostňují dostatek příležitostí pro kontakt mezi nimi a jejich děti a podněcování sdílenou odpovědnost mezi nimi.

Vedle tohoto vývoje a změn, Portugalsko nyní žije okamžiky hospodářské a finanční krize, která způsobila velmi hluboké změny, požadovat všechny rodiny dávku iniciativy a fantazie k dosažení uspokojení potřeb zaměstnanosti, snížení v příjmech a hospodářské obtíže, které drtivá většina portugalských rodin bojuje v jejich každodenním životě.

Je známo, že, na rozdíl od smrti a nezaměstnanost, rozvod je faktorem, který nejvíce přispívá významně k ekonomické sil a může významně ovlivnit životní projekty, které páry mají společné.

Přidáme-li k rozvodu nezaměstnanost jednoho nebo obou členů páru, je jasné, že tato rodina bude procházet jedním z nejtěžších momentů svého života.

Navíc, po-rozvod rodičovství se výrazně liší od toho, co je vykonávána společně ve stejném domě, protože tam je třeba přeformulovat jejich návyky, běžné a ekonomické vzory z rodiny, nutit členy rodinného systému přizpůsobit ke zvýšení složitosti při provádění úkol vytvářet děti.

V posledních letech, modely rodičovství post-rozvodu vyžádala více zapojit oba rodiče v rozhodování a vzdělání svých dětí, ale konflikty a strastech způsobených oddělením, obtíže způsobené pracovní požadavky, se časové omezení vznikajících school povinností a činností dětí, fyzické oddělení nebo geografických důvodů a mnoho dalších, vedl k typické model, který umožňuje pouze jeden rodič, aby se svými dětmi týden-end v čase a, možná některé weeknights nebo části dne.

Tohoto modelu v nejlepším možností, drtivá většina dětí s rodiči zhruba patnáct procent svého času, který je jasně nedostačující k zajištění nebo podpoře "odpovídající kvalitní čas" se svými dětmi.

To je důvod, proč se často, po oddělení, rodiny a by desagregavam rozmazání nebo smazání citový vztah mezi dítětem a rodičem, s nímž dítě nemá trvalý pobyt, což tyto děti, aby se stal "uživatelů" dům rodiče.

Tento nedostatek zapojení, spolu s poklesem příjmů fyzických osob způsobené nutností zachovat rodičovské různých územích, také vedl k postupnému chudobě neúplných rodin, což je skutečnost, umocněn snížením pracovních příjmů, případně nezaměstnaností, která by mohla ovlivnit nebo oba rodiče.

Tato skutečnost způsobila několik rodin uvažovat o rodičovství modelu má být přijat v případě, že je situace oddělení a budou hledat řešení zmírnění dopadů zvýšené zátěže o každém z nich a zároveň, aby oba jejich rodiče vykonávali ve svém každodenním životě.

Omezit čas strávený s každým rodičem znamená, že momenty intimity, interakce, sdílení, smíchu a rozmazlování se neprovádí běžně a obvykle jeden z rodičů, zejména jídla, koupání, výběr oblečení, číst příběh usnout, přitulit deku na noc, chodit do školy a sledovat vedení, setkávat se s přáteli a učitele, rozvíjení v době nemoci, vaříme spolu, dělat domácí úkoly, jít nakupovat nebo být spolu v činnosti spontánní a neplánované, jedinečné momenty, které žádný rodič by měl odstoupit.

Spojení mezi rodiči a dětmi by měla vytvořit emocionální pouto, které přetrvává v čase, který se vyznačuje tendencí hledat a udržovat fyzickou a emocionální blízkost se zapnutou, což nás je třeba vnímat jako zdroj jistoty, podporuje bezpečnou základnu z nichž dítě nebo adolescent vai objevování jejich svět.

Je to proces, který vytváří z opakovaných interakcí s připojovacími postav, které pomohou dítěti budovat a formovat prohlášení o sobě, o těchto číslech, o jeho vztahu ke světu a s ostatními.

Časté soužití, bezpečnost a odměňování s matkou a otcem je nejvíce v souladu prediktorem celkové nastavení dítěte, a to buď před nebo po rozvodu nebo odloučení od rodičů, neboť po rodině disociace, děti mají jít samostatné doby pobytu nebo při kontaktu s jedním z rodičů.

Tak, aby se minimalizoval vliv rozvodu, musí být velká období soužití s druhým rodičem a zajistit soulad stavebních vazeb s oběma zvýšení bezpečnosti a podporovat dítě **jako emocionální stabilita závisí na povaze vazeb a příležitostí sdílení spíše než ze změny ve fyzickém prostoru.**

At zároveň být přirozené právo každého člověka na jeho vlastní štěstí a hledání nového manželském vztahu, který odráží štěstí a osobní naplnění, budou rodiče včetně modelů, které umožňují shared rodičovství zajistí každý osobní momenty intimacy , datování nebo jednoduché bydlení, zdarma pro děti.

S vědomím toho všeho, se stále více snaží stanovit předky včetně spolufinancování rodičovských modelů, které odpovídají těmto potřebám, jejich osobní a profesní potřeby nebo pro potřeby či přání dětí.

Portugalské soudy přijít s rostoucí frekvencí otců a matek, kteří chtějí vykonávat efektivněji své rodičovské povinnosti, hledá, že tento proces sdílení nejdůležitější rozhodnutí v životě dítěte, odpovídá i větší přítomnost v každodenních rozhodnutí a afektivní vztahy s jejich dětmi.

Tak, model spolupráce rodičovství zvýšeně použitý je ten, který se promítá do **rotační a mají tendenci symetrický rozdělení času s rodiči dítěte s cílem umožnit výrobu každodenního a společenského života s dítětem v době, kdy setkat se s každým.**

Tento model je znám v Portugalsku jako **střídavý pobyt** a je charakterizován schopností každého z oddělených rodičů mají děti pobývala s ním, střídavě, tempem času, který může být školního roku, za měsíc, za čtrnáct dní nebo a týden, část týdne, nebo den pořádané dne zhroucení (divize rotační kloub a má tendenci k pobytu časů, péče a vzdělávání dětí), že během této doby, rodič má, jednoznačně péče, které integrují výkon rodičovské zodpovědnosti. Po uplynutí této doby, jsou obráceny role.

Zatímco jeden z rodičů má na starosti v průběhu období, které je vyhrazeno pro jiné převody právo dohledu a návštěvy.

Po stanovenou dobu, dítě dělá jeho cestu zpět domů do druhého rodiče.

Na tomto modelu spolupráce rodičovství, tvrzení, že se zdá obstarávat více zájmu rodičů než dětí, dochází prakticky rozdělení dítěte a afektivní ambivalence, že by poškozovaly konsolidaci zvyky, hodnoty, a vzor formování osobnosti dítěte , v rozporu se zásadou kontinuity v domácnosti a konečně, že by mohly způsobit, že dítě emocionální a mentální nestabilita.

Naopak, oni jsou uvedeny jako argumenty pro střídavé residence přispívá k větší citovou vazbu mezi dítětem a nerezidentní rodiče, protože umožňuje začlenění dětí v domácnostech, jejichž rodiče (zvláště když jsou smíšené rodiny), který zřídka se stane v tradiční vazbě, kde je dítě vnímáno jako "pouhý návštěvník domu otce nebo matky" a, ve společnosti, kde je výše výživného jsou tradičně nízké, tj. pod skutečných potřeb dětí pomáhá překonávat účinky tzv. "feminizaci chudoby v neúplných rodinách", aby se zajistila rovnoměrná distribuce doby inklinoval dítě a předpokladu poplatku oběma rodiči.

Pravdou je, že v situacích rodinného oddělení, dítě by mělo zájem být obvykle identifikován se zřízením psychologických podmínek, materiální, sociální a morální přispívá k harmonickému rozvoji dítěte a jejich postupné posílení.

Zajištění této podmínky závisí nutně na začlenění dětí jádro rodinného života stabilních a obohacujících - z hlediska jejich dobrých životních podmínek, jejich vzdělání a jejich ochrana - možnost širokého vztahu s osobním a přímým oba rodiče, a podpora v životní úroveň na jejich fyzické, duševní, duchovní, mravní a sociální.

Tak, aby správně fungovat, musí být fungování a úspěch alternativní residence být založena na myšlence, že **rodinné vztahy jsou definovány a rozložte na excellence v rámci samotné rodině**, není v rozporu se státem za každou cenu ve vztazích soukromé osoby, aby přijaly a vytvořit s nimi, přesvědčen o tom, že jsou nejlepší a nejvhodnější pro jejich děti, v rámci osobní a sociální zkušenosti mají a chtějí zachovat.

Proto by stát neměl přepsat vůli rodičů, natož když nejste týkala porušení právního předpisu nebo veřejného pořádku, a pro rodiče, kteří soutěží v první řadě, vybrat si, co chtějí jeho synové, které předpokládají, že nejlepší, co může dát, v rámci svých schopností a vědět, zda svahy soudních pracovníků, vzdělávací, ekonomické a emocionální svých vlastních potřeb a které splňují emocionální, inklinovat k jejich osobní naplnění a modelu citová vazba, že považují za vhodné ve vztahu k jejich dětem.

Na druhé straně, analýzy a uplatňování práva a přijmout rozhodnutí, které považují za vhodné za daných okolností musí soudy být ostražitý, aby se zabránilo legislativní zasvěcené changes, nejsou ohroženy na základě formálních interpretací a dekontextualizované nebo obsah a význam práva, ať se jedná o sociální reality.

Skutečný a hlavní světlo, který by měl vést soudce je v nejlepším zájmu dítěte, kontrola ji do betonu, řádně zvážení všech faktorů, které nespécifikovaný pojem tohoto druhu zahrnuje, což je velkou výzvou soudy.

V této úvahy by soudy nemohou odcizit se od okolností dítěte vlastní zkušenosti, prostředí, ve kterém působí, a bylo základem jeho růst a vývoj, jak to souvisí, zejména s každým jeden rodič s cílem poskytnout vám potřebné klid plný a harmonický rozvoj jeho osobnosti.

Při rozhodování o výkonu rodičovské zodpovědnosti po rozvodu, by měly portugalské soudy považují souhlas rodičů, ochotou každé z nich podporu normální vztahy s ostatními synem, dítěte schopnost udržovat velmi úzký vztah s oběma rodiči a dohod, které buduje a podporovat rodiče dostatek

příležitostí pro kontakt mezi nimi a menší, včetně rozdělení odpovědností mezi nimi (článek 1906. ° z portugalského občanského zákoníku).

Uvědomil si, tyto právní kritéria v definici modelu pobytu s střídavé společné výkonu rodičovské zodpovědnosti, Portugalské soudy přijaly tyto hlavní kritéria [\[1\]](#) :

- a) nejlepší zájmy dítěte;
- b) Schopnost dialogu, porozumění a spolupráce ze strany rodičů;
- c) společný vzdělávací model nebo shoda na jeho základní, přeložené do nejdůležitějších vzdělávacích směrů;
- d) Geografická blízkost;
- e) zkušenosti z toho, co předchází rozhodování (kvalita, důslednost a trvání);
- f) dítěte stanovisko;
- g) věku dítěte;
- h) citové pouto s oběma rodiči;
- i) dostupnost rodičů udržovat kontakt s dítětem po dobu pobytu, který se hodí každý;
- j) Hospodářské a bydlení podmínky každého (ekvivalent nebo dostatečné).

Jsou sociální kultury a rodinné tradice se mění, a proto je rozumné, že modely sdílené rodičovství a osobní kontakt mezi oddělenými rodiči a jejich dětmi se musí odrážet iv části, tento vývoj v zapojení rodičů.

Snahy o zajištění toho, aby děti oddělených rodičů obdrží rodičovské modely, které podporovaly jejich psychickou pohodu, emocionální a podporovat jejich harmonického a obohacující se svých rodičovských postav jsou nutné pro všechny lidi zapojené do tohoto procesu rozhodnutí, který vyžaduje stálý dialog a diskusi na všech úrovních.

Naše děti si zaslouží ne méně než toto.

Děkuji vám za pozornost,

Bratislava, 29.dubna 2013

António José Fialho

---

[1] Tímto se také vysvětluje, že tato kritéria nebudou muset zkontrolovat ve všech situacích, ale jsou prvky, které odkazují nebo přezkoumání, jako ověřené v více či méně konzistentní, dovoluje nám, k závěru, že model spolupráce rodičovství požadovaný rodiče je nejvíce vhodné pro jejich děti.